

2024

EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA



**Diretrizes
Pedagógicas e
Operacionais**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Educação

EXPEDIENTE

Vitor Amorim de Angelo
Secretário de Estado da Educação

Andréa Guzzo Pereira
Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional

Aline de Freitas Dias
Gerente de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola

Alex Sandro Zorzal Vargas
Darlete Gomes Nascimento
Helmar Spamer
Jania Aranda Corrêa Raimondi
Jorge Vinícius Monteiro Vianna
Juliana Romano
Mileide Santos Dias

Equipe Técnica da Gerência de Educação do Campo, Indígena e Quilombola

Yngredi Pereira da Silva
Lídia de Oliveira Silva
Equipe de Apoio da Gerência de Educação de Educação do Campo, Indígena e Quilombola



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA ANO 2024

VITÓRIA - ES



"[...] até que comecei a questionar essa busca permanente pela confirmação da igualdade e atinei pela primeira vez para o conceito de alianças afetivas – que pressupõe afetos entre os mundos não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar: tem que tirar as sandálias, não se pode entrar calçado."

AILTON KRENAK

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DAS MODALIDADES	06
1 . DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	07
1.1 SUGESTÃO DE ACOLHIMENTO PARA AS ESCOLAS DA MODALIDADE CAMPO	11
1.2 SUGESTÕES PARA AS JPPS NAS ESCOLAS DA MODALIDADE CAMPO	11
1.3 SUGESTÕES DE MATERIAIS FORMATIVOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO	16
2. DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	20
2.1 SUGESTÃO DE ACOLHIMENTO PARA A ESCOLA DA MODALIDADE INDÍGENA	22
2.2 SUGESTÕES PARA AS JPPS NA ESCOLA DA MODALIDADE INDÍGENA	22
2.3 SUGESTÕES DE MATERIAIS FORMATIVOS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	24
3. DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	27
3.1 SUGESTÃO DE ACOLHIMENTO PARA A ESCOLA DA MODALIDADE QUILOMBOLA	30
3.2 SUGESTÕES PARA AS JPPS NA ESCOLA DA MODALIDADE QUILOMBOLA	31
3.3 SUGESTÕES DE MATERIAIS FORMATIVOS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	34

Apresentação das Modalidades

Educação do Campo

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que atende as populações do campo resguardando toda a sua diversidade, sendo a escola do campo aquela situada em área rural (conforme critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou aquela situada em área urbana desde que atenda predominantemente às populações do campo. Na rede estadual, a modalidade da Educação do Campo é ofertada nas etapas do Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais, e no Ensino Médio, perpassando também as modalidades da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. A rede possui unidades escolares localizadas em área rural com uma diversidade de escolas do campo: multisseriadas; em tempo integral; localizadas em área de assentamento da Reforma Agrária e em territórios de comunidades tradicionais; que adotam a Pedagogia da Alternância; e centros estaduais integrados de educação rural.

Educação Escolar Indígena

A EEIEFM Aldeia Caieiras Velha, localizada na aldeia de mesmo nome em Aracruz, compõe a rede estadual de ensino do Espírito Santo e está jurisdicionada à Superintendência Regional de Educação (SRE) de Linhares e à Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (GEACIQ) na SEDU. A escola possui uma Organização Curricular específica que busca promover o diálogo entre as habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os conhecimentos tradicionais e a cultura dos povos indígenas, sendo garantido o ensino da língua materna.

Educação Escolar Quilombola

Na modalidade da Educação Escolar Quilombola, a EEEF Graúna, localizada no município de Itapemirim, compõe a rede estadual de ensino do Espírito Santo. Dentro da estrutura administrativa da SEDU, a escola quilombola Graúna está sob a supervisão da Superintendência Regional de Cachoeiro de Itapemirim, além de a modalidade estar sob o escopo da GEACIQ/SEDU. Visando aproximar a realidade da escola ao que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, a escola possui uma Organização Curricular própria, e os conteúdos trazidos pela BNCC dialogam com as especificações socioculturais da comunidade quilombola Graúna.

1. DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Conhecendo a Educação do Campo

A Educação do Campo, como modalidade da educação básica na rede estadual de ensino do Espírito Santo, caracteriza-se por diferentes formas de organização pedagógica, metodológica e de gestão. De acordo com o Decreto nº 7.352/2010, art 1º, § 1º, inciso II, a escola do campo é definida como aquela situada em área rural, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. Essa modalidade de ensino está sob escopo da Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola - GEACIQ/SEDU.

Em relação ao currículo da modalidade de Educação do Campo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) considera a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino para a adequação dos currículos às peculiaridades de cada região e comunidade atendida. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), preconiza a organização de conteúdos específicos dos elementos culturais e científicos locais que assegurem a contextualização dos conhecimentos escolares das diferentes realidades camponesas.

O Currículo do Estado do Espírito Santo orienta adequar os projetos políticos pedagógicos de cada escola com a participação da comunidade escolar, visando valorizar suas especificidades, bem como, adequar metodologias e recursos a sua realidade para promover a aprendizagem significativa. Portanto, de acordo com as singularidades culturais, geográficas e econômicas do território capixaba, a modalidade de Educação do Campo possui unidades escolares localizadas em área rural com uma diversidade de escolas do campo:

- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio;
- Escolas Multisseriadas;
- Escolas localizadas em comunidades pomeranas e/ou que atendam estudantes pomeranos;
- Escolas localizadas em áreas de Assentamento e Acampamentos da Reforma Agrária;
- Escolas que adotam princípios e fundamentos da Pedagogia da Alternância;
- Centros Estaduais Integrados de Educação Rural (CEIER);
- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio com oferta do ensino Integrado à Educação Profissional.

Nas escolas de Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais, e Ensino Médio do campo, o componente curricular de Ciências Agropecuárias está inserido no currículo com a proposta de estudar a importância da agropecuária no desenvolvimento da agricultura familiar e campesina nas dinâmicas econômica, social e cultural da agricultura no Espírito Santo. A Resolução CEE/ES nº 3.777/2014 determina que a parte diversificada da organização curricular das escolas do campo deverá contemplar os conhecimentos nas áreas de zootecnia, agricultura e economia doméstica.

As escolas Multisseriadas são escolas do campo que atendem os estudantes em suas localidades de origem. Caracterizadas como uma política de acesso e democratização do ensino, a enturmação dos estudantes e as metodologias de ensino são organizadas conforme a realidade do público atendido. Esse modelo de oferta concentra um número maior de escolas na região Norte e Noroeste do estado.

Conforme a Portaria nº 279-R/2021, as escolas localizadas em comunidades pomeranas, e/ou que atendam estudantes pomeranos, poderão ofertar na parte diversificada o componente curricular Língua Pomerana. Para tanto, a gestão escolar deve fazer adesão à matriz da Organização Curricular (OC) correspondente às etapas e modalidades presentes na escola com a oferta da Língua Pomerana. Desse modo, é fundamental que a gestão considere a realidade em que a escola está inserida e prime pelo diálogo com a comunidade. Ao aderir à oferta, a escola deve rever o Projeto Político Pedagógico (PPP) de modo a fazer constar o ensino da Língua Pomerana contextualizada ao território em que está inserida.

As comunidades localizadas em áreas de Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária no Espírito Santo contam com 25 escolas, sob a jurisdição das seguintes Superintendências Regionais de Educação: Carapina, Colatina, Linhares, Nova Venécia e São Mateus. Essas escolas atendem os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em conformidade com as demandas de cada comunidade em que a unidade escolar está localizada.

No currículo dessas escolas, destaca-se os princípios e os fundamentos da Pedagogia da Alternância, estabelecendo práticas educativas a partir do contexto social em que a escola está localizada, integrando, de forma dialógica, os espaços-tempo formativos do Tempo Escola e do Tempo comunidade. Dessa forma, ocorre a inter-relação entre conhecimentos populares e científicos, o que requer o entrosamento entre comunidade escolar e local para o desenvolvimento curricular. O currículo desenvolve-se por meio de uma práxis pedagógica utilizando temas geradores, a mística, a auto-organização dos educandos e educadores e os instrumentos do plano de estudo.

Nas escolas do campo localizadas em áreas de assentamento, a Organização Curricular organiza-se por área de conhecimento e inclui, na parte diversificada, os componentes específicos de Ciências Agropecuárias, Auto-organização e Plano de Estudo. Dessa forma, ocorre a inter-relação entre conhecimentos populares e científicos, o que requer o entrosamento entre comunidade escolar e local para o desenvolvimento curricular. É nessa perspectiva que a agroecologia e a economia solidária servem de base para o processo educacional.

A Pedagogia da Alternância é adotada como prática pedagógica por meio de seus princípios e fundamentos em várias unidades escolares do campo no Estado. Regulamentada pela Resolução CNE/CP nº 1/2023, que versa sobre as Diretrizes para a Educação Básica e Educação Superior, dialoga com a realidade camponesa, indígena e quilombola e pela Resolução CEE nº 3.777/2014 no estado do Espírito Santo. Em sua metodologia de ensino, valoriza a interação entre teoria e prática e adequa-se à rotina dos estudantes do campo alternando períodos de aprendizagem no espaço familiar e comunitário (tempo-comunidade) com períodos na escola (tempo-escola). O ritmo alternado rege toda a estrutura das escolas, permitindo aos estudantes a vivência nas atividades educativas sem desvincularem-se da prática agrícola. Na nossa rede estadual, há unidades escolares do campo que adotam princípios e fundamentos da Pedagogia da Alternância, além de outras que realizam o seu ciclo completo.

A modalidade campo conta também com os Centros Estaduais Integrados de Educação Rural (CEIER), que possuem uma organização curricular diferenciada, própria e apropriada à realidade camponesa dos agricultores familiares, com princípios da agroecologia, voltada para a agricultura familiar. Com três unidades escolares de tempo integral localizadas no Noroeste do estado do Espírito Santo, ofertam as seguintes etapas de ensino: Ensino Fundamental Anos Finais e o Ensino Médio Integrado à Educação Técnica e Profissional.

No Ensino Fundamental Anos Finais, além dos componentes da BNCC, os CEIER's ofertam na parte diversificada, os componentes curriculares da parte específica (Agricultura I, II e III, Economia doméstica e Zootecnia). As aulas dos componentes curriculares da parte específica são desenvolvidas a partir de uma metodologia própria, na qual as turmas são divididas, respeitando as especificidades de cada unidade escolar, em dois grupos: Agricultura I e II, Agricultura III e Zootecnia e Economia Doméstica com Estudo Orientado.

O Ensino Médio ofertado nessas unidades de ensino é integrado à Educação Técnica e Profissional - Técnico em Agropecuária. Com duração de três anos, o curso técnico utiliza princípios da agroecologia, e a formação está pautada na gestão de propriedades rurais, na produção agroindustrial, na produção vegetal e animal, atuação em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, manejos de solos e recursos hídricos; e ainda, fiscalização, elaboração, aplicação e monitoramento de programas preventivos de sanitização.

No Projeto Político Pedagógico desses centros, existem instrumentos de práticas pedagógicas baseados nos princípios da Educação do Campo, são eles: os Temas Geradores (TGs), os trabalhos interdisciplinares e as Unidades de Demonstração, Experimentação, Produção e/ou Prática (UDEPs), tendo o trabalho como princípio educativo.

Os Temas Geradores são desenvolvidos considerando os assuntos de interesses dos estudantes, e de relevância na comunidade escolar, fundamentados na interdisciplinaridade e princípios da agroecologia; executando atividades como entrevistas, experimentos, pesquisas e visitas de estudos. No Ensino Fundamental, as UDEPs são espaços de articulação entre a Base Nacional Comum Curricular e Parte Diversificada (parte específica e componentes integradores). No Ensino Médio, a articulação é feita entre a BNCC e o itinerário de formação técnica e profissional.

A Educação do Campo também oferta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, conforme previsto no art. 37 da LDB 9.394/96. A EJA Campo tem como objetivo possibilitar a certificação do Ensino Fundamental e Médio em práticas profissionais a jovens, adultos e idosos agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, quilombolas e de comunidades tradicionais.

Assim, a essência do trabalho pedagógico e metodológico deve ser específica para a pluralidade de formas de organização e oferta da Educação do Campo na rede estadual de ensino. Dessa forma, orientamos:

Às equipes gestora e pedagógica:

- Conhecer as legislações e os direitos a que se refere à modalidade da Educação do Campo;
- Manter diálogo contínuo com a supervisão escolar, com a SRE a qual está jurisdicionada e com a GEACIQ/SEDU;
- Desenvolver uma gestão democrática e colaborativa que envolva toda a comunidade escolar;
- Conhecer a realidade dos estudantes para compreender a cultura, as tradições, as necessidades e o contexto dos estudantes do campo;
- Planejar a ação pedagógica, alinhando o plano de ação da escola e as diretrizes curriculares, para garantir que todas as atividades sejam organizadas e realizadas de forma eficiente;
- Coordenar as atividades pedagógicas, promovendo a integração entre os diferentes profissionais da escola, como professores e coordenadores, para que trabalhem em conjunto na busca por resultados educacionais positivos;

- Desenvolver ações/atividades/projetos que potencializam o papel da escola no que preconiza a Educação do Campo;
- Promover espaços de vivência, diálogos, momentos de interação e de acolhida aos estudantes com o propósito de promover uma cultura de paz e de respeito na escola;
- Conhecer e se apropriar dos princípios e fundamentos da Agroecologia;
- Conhecer e se apropriar dos princípios e fundamentos da Pedagogia da Alternância adotada pelas escolas em cuja organização curricular consta essa metodologia;
- Estabelecer parcerias com a comunidade, aproveitando os recursos e conhecimentos disponíveis na comunidade local para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar o protagonismo, a colaboração mútua e a responsabilidade compartilhada pelo aprendizado, cuidado e manutenção dos espaços da escola;
- Incentivar a participação de pais, agricultores, associações comunitárias e outros membros da comunidade nas atividades escolares;
- Estimular a inovação, incentivando a adoção de novas metodologias de ensino, uso de tecnologias educacionais e práticas inovadoras, fomentando a busca contínua por melhores processos e resultados na educação;
- Atuar como mediadora em situações de conflito entre membros da equipe pedagógica, buscando a resolução pacífica e o fortalecimento do trabalho em equipe;
- Conhecer a realidade socioprofissional do território em que está inserida a escola, conciliando o trabalho com estudo no meio rural.

Às professoras e aos professores:

- Manter diálogo contínuo com a equipe gestora e pedagógica da escola;
- Estimular a valorização da cultura local, incentivando os estudantes a explorar e valorizar sua cultura e identidade, utilizando os saberes e práticas tradicionais como recurso pedagógico. Isso pode envolver projetos de pesquisa, visitas a comunidades locais ou histórias contadas por gerações;
- Promover uma aprendizagem ativa e significativa que proporcione oportunidades para que os estudantes se engajem ativamente em atividades práticas, construindo conhecimento a partir de experiências reais;
- Incentivar a criação e manutenção de hortas escolares, criação de animais ou projetos de conservação ambiental em conformidade com o currículo;
- Utilizar recursos pedagógicos adequados para atender às necessidades dos estudantes do campo, tais como: materiais impressos, audiovisuais, jogos educacionais e tecnologias digitais disponíveis para apoiar o ensino e a aprendizagem;
- Adaptar os objetos de conhecimento à cultura local e utilizar exemplos concretos pode tornar a aprendizagem mais atrativa e significativa;
- Ajudar os estudantes a desenvolver habilidades de liderança e a compreender seu papel como agentes de transformação social;
- Encorajar o trabalho em equipe e o compartilhamento de conhecimentos entre os estudantes;
- Estimular a participação política dos estudantes, capacitando-os a questionar as desigualdades e a lutar por seus direitos, exercitando, assim, a cidadania;
- Fortalecer a auto-organização dos estudantes;
- Incentivar o protagonismo dos estudantes com o objetivo de gerar mudanças na realidade social, cultural, política e ambiental na qual estão inseridos;
- Integrar conceitos e práticas de agroecologia nas atividades educacionais. Isso inclui abordar temas como sustentabilidade ambiental, agricultura orgânica, preservação dos recursos naturais, segurança alimentar e nutricional;

- Priorizar a interdisciplinaridade estimulando a integração de diferentes componentes curriculares, promovendo a colaboração entre os professores para explorar conexões e aprofundar a compreensão dos estudantes;
- Promover o desenvolvimento das múltiplas dimensões da educação em tempo integral: cultural, emocional, física, intelectual e social constituídas por meio de projetos coletivos compartilhados por toda comunidade escolar;
- Utilizar métodos de educação popular, promovendo a participação ativa dos estudantes e facilitando a construção coletiva do conhecimento;
- Promover debates, diálogos e reflexões sobre questões sociais;
- Estimular o protagonismo estudantil na potencialização da Educação do Campo.

1.1 Sugestão de acolhimento para as escolas da modalidade Campo

As escolas do campo, como espaço de Educação do Campo para o campo, possuem em sua rotina a prática de realizarem místicas como forma de acolhida aos estudantes. Conhecidas como atividades de interação e reflexão, as místicas reforçam a formação da consciência, luta e identidade da cultura camponesa. Neste sentido, sugerimos que a acolhida dos estudantes na primeira semana do trimestre letivo considere:

- Promover o reconhecimento cultural da comunidade local;
- Realizar momentos de mística contextualizados com a Educação do Campo e com a vivência e o território camponês;
- Realizar momentos de rodas de conversas e escutas coletivas entre os estudantes e demais membros da comunidade escolar;
- Estabelecer a cultura de paz e respeito à diversidade;
- Estimular o desenvolvimento do autoconhecimento para que os estudantes possam atuar com autonomia e formular planos para o futuro.

1.2 Sugestões para as JPPs nas escolas da modalidade Campo

A Jornada de Planejamento Pedagógico (JPP) é de responsabilidade da equipe gestora da escola, é o momento em que os profissionais da educação se reúnem para planejar o ano letivo, com o propósito de promover uma melhor organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico. Na Educação do Campo, diante da sua variedade de formas de oferta e metodologias de ensino, é preciso planejar levando em conta as características e especificidades das comunidades atendidas.

Primeira JPP - Tema: Estudo da Modalidade

A primeira Jornada de Planejamento Pedagógico é um passo decisivo e estratégico para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico e educativo de qualidade no âmbito escolar. Ela é o primeiro momento coletivo no calendário escolar e precisa representar uma oportunidade de reflexão e análise do trabalho desenvolvido e dos resultados realizados e obtidos no ano anterior. Além disso, para as escolas do campo, a primeira Jornada de Planejamento Pedagógico significa o momento de reforçar, estudar e refletir sobre os princípios e objetivos fundamentadores da modalidade, bem como sobre as principais bases legais que a sustentam.

1º Momento - Leitura e estudo coletivo da Resolução CEE/ES nº 6596/2022, documento que aprova as Diretrizes Operacionais para Educação do Campo no Espírito Santo. O objetivo é apresentar e reforçar aos profissionais da escola os conhecimentos essenciais sobre o funcionamento e sobre os pressupostos fundamentais da Educação do Campo, direcionando-os às diferentes realidades existentes no Espírito Santo. Sugere-se, primeiramente, que o documento seja dividido e analisado em grupos, com registro do resumo dos principais pontos elencados pelos envolvidos.

2º Momento - Socialização e compartilhamento: em seguida, é decisivo que o grupo eleja representantes para relataram a toda coletividade as principais opiniões, experiências e contribuições destacadas por seus pares. Em suma, o objetivo é que o texto da Resolução seja um instrumento de orientação e reflexão de todo o coletivo profissional em torno das ações desenvolvidas e a serem planejadas pela escola em prol de uma educação do campo de qualidade, com equidade.

3º Momento - Da reflexão para o planejamento: após o importante momento de estudo e reflexão coletiva, é fundamental que os profissionais considerem e levem todo o aprendizado para a realização prática do planejamento do ano letivo: análise do calendário escolar, diagnóstico da escola a partir dos resultados educacionais e da execução do Plano de Ação da escola, acolhimento da comunidade escolar e elaboração dos Planos de Ensino dos professores a partir das orientações curriculares da SEDU.

Segunda JPP - Tema: Educação do Campo: princípios, valores e memória

As escolas que ofertam a modalidade da educação do campo, juntamente com as escolas quilombola e indígena, representam parte fundamental da diversidade que integra a Rede de Ensino estadual do Espírito Santo. Nesse sentido, as escolas que ofertam essas modalidades de ensino podem estabelecer nos momentos de Jornada de Planejamento Pedagógico espaços de discussões, reflexões e análises relevantes em torno dos princípios e valores que fundamentam os diferentes contextos nos quais se desenvolvem a Educação do Campo. Esses são momentos dialógicos estratégicos para que cada escola possa rever e analisar seus objetivos e metas, bem como corrigir rotas destinadas a promoção de uma educação de qualidade coerente com as realidades e as necessidades.

1º Momento - Acolhimento dos profissionais: apresentação das canções “Educação do Campo” e “Não vou sair do Campo”, do músico e compositor Gilvan Santos. A música pode ser apresentada aos participantes da JPP como música ambiente ou como exibição musical realizada por convidados da comunidade local, outros profissionais da escola e/ou estudantes, ou por meio de vídeos de exibições da canção encontrados publicamente nas plataformas digitais.

2º Momento - Os princípios da Educação do Campo: após a apresentação das músicas, sugere-se a projeção das letras completas das canções e a leitura coletiva delas. Logo em seguida, indica-se a apresentação dos cinco princípios da Educação do Campo encontrados no Decreto Federal nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, reafirmado pela Resolução CEE/ES nº 6596/2022.

Música 01: “Educação do campo”, de Gilvan Santos.

Música 02: “Não vou sair do Campo”, de Gilvan Santos.

01: Educação do campo

A Educação do Campo do povo agricultor

Precisa de uma enxada

De um lápis, de um trator

Precisa educador

Pra tocar conhecimento

O maior ensinamento

É a vida e seu valor

Dessa história

Nós somos os sujeitos

Lutamos pela vida

Pelo que é de direito

As nossas marcas

Se espalham pelo chão

A nossa escola

Ela vem do coração

Se a humanidade

Produziu tanto saber

O rádio e a ciência

E a “cartilha do ABC”

Mas falta empreender

A solidariedade

“soletrar” essa verdade

Está faltando acontecer

02: Não vou sair do Campo

Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola
O povo camponês
O homem e a mulher
O negro quilombola
Com seu canto de afoxé
Ticuna, Caeté
Castanheiros, seringueiros
Pescadores e posseiros
Nesta luta estão de pé
Cultura e produção

Sujeitos da cultura
A nossa agricultura
Pro bem da população
Construir uma nação
Construir soberania
Pra viver o novo dia
Com mais humanização
Quem vive da floresta
Dos rios e dos mares
De todos os lugares
Onde o sol faz uma fresta
Quem a sua força empresta
Nos quilombos nas aldeias
E quem na terra semeia
Venha aqui fazer a festa

Princípios da Educação do Campo:

- I - O respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero e geracionais, de raça e etnia;
- II - O incentivo à formulação de Projetos Político-pedagógicos das escolas do campo, com o estímulo ao desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III - O desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV - A valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, contemplando as especificidades culturais, ambientais, políticas, econômicas, sociais; e
- V - O controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

3º Momento - Relacionando princípios com as práticas educacionais: é essencial a escuta ativa e coletiva dos profissionais da escola. Os participantes devem ser estimulados a relacionarem o conteúdo das canções e dos princípios elencados no momento anterior com a realidade de suas escolas, com as metodologias e práticas educacionais desenvolvidas por eles, com suas experiências e com os desafios considerados fundamentais a serem enfrentados pela comunidade escolar em busca da qualidade integral do ensino.

4º Momento - Sugere-se que, após as falas dos profissionais, seja confeccionada a materialização de um “objeto de memória” composto de palavras-chave (elaboradas pelos profissionais da escola participantes da JPP) que representem uma síntese das reflexões e análises realizadas no dia. O “objeto de memória” pode ser construído em formato de cartaz, mural ou até mesmo pode resultar de uma criação digital ou audiovisual. O mais importante é que a memória dos momentos seja materializada e exposta para todos, servindo de motivação, inspiração e símbolo para toda comunidade escolar no processo de construção cotidiana de uma educação do campo de qualidade pautada em princípios democráticos, coletivos e humanitários, e do respeito aos valores culturais e territoriais pertinentes à escola e a sua comunidade local.

5º Momento - Planejamento coletivo interdisciplinar: esse é o momento da realização do planejamento de ações e/ou projetos interdisciplinares a serem desenvolvidas com os/as estudantes ao longo do segundo trimestre. É a hora de colocar em prática, em forma de planejamento, todas as reflexões e análises realizadas entre os profissionais em torno dos princípios e valores da Educação do Campo. Em suma, todos os fundamentos elencados coletivamente (sobretudo, aqueles enfatizados no “objeto de memória” confeccionado) devem representar a base da construção dos objetivos das ações pedagógicas planejadas pelos docentes para o trimestre.

Terceira JPP - Tema: Educação do Campo, Agroecologia e Sustentabilidade

1º Momento - Boas-vindas e acolhimento dos profissionais participantes.

2º Momento - Exibição do vídeo desenvolvido pela UFSC, encontrado no link a seguir:

Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=AiOU05dyF0Q&t=242s>

3º Momento - Abertura de uma roda de conversa, com o intuito de estabelecer um diálogo entre os pressupostos da agroecologia e da sustentabilidade (apresentados no vídeo) e a realidade vivenciada no cotidiano da escola. Algumas problemáticas importantes podem ser colocadas pelos mediadores da discussão aos profissionais participantes da JPP, como, por exemplo:

Como docente, eu desenvolvo os princípios da agroecologia e da sustentabilidade em minhas aulas?

Como escola, desenvolvemos a agroecologia e a sustentabilidade?

A Agroecologia e a Sustentabilidade são conhecimentos trabalhados em nossa escola?

Caso sim, quais são, especificamente, os conhecimentos apresentados pelos entrevistados do vídeo, que representam elementos importantes para que possamos aprimorar e/ou repensar as práticas e procedimentos educacionais desenvolvidos pela escola?

Caso não, quais seriam as justificativas apresentadas pelos profissionais para o não desenvolvimento desses conhecimentos?

Os princípios básicos da agroecologia são desenvolvidos em nossa escola apenas como procedimentos produtivos ou também como valores éticos e sociopolíticos?

4º Momento - Construção coletiva da equipe gestora, pedagógica e docente da escola de um registro de dois a quatro objetivos estruturais da escola – que estejam vinculados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade – a serem desenvolvidos no último trimestre do ano letivo e que possam representar um legado significativo para o próximo ano de trabalho escolar. É decisivo e estratégico também que esse momento final esteja vinculado e relacionado com a análise coletiva em torno dos indicadores educacionais e os resultados identificados pela escola no 2º trimestre, tais como: frequência, rendimento estudantil, percentual de aulas e currículo ministrados, processos e resultados de recuperação, avaliações diagnósticas, entre outros.

1.3 Sugestões de materiais formativos para a Educação do Campo:

A seguir, há sugestões de materiais formativos, pedagógicos, acadêmicos e legislações que podem auxiliar o trabalho na modalidade de ensino da Educação do Campo . Confira:

Sugestão de materiais Pedagógicos:

(E-Book) Agroecologia nas escolas públicas: Educação ambiental e resgate dos saberes populares – Caderno de metodologia. Disponível em:

<https://ecokidsecoteens.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2021/09/cartilha-metodologias-agroecologia.pdf>

(E-book) Cadernos didáticos sobre educação do campo. Disponível em:

<https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/cadernodidaticosobreeducacampo-130409224537-phpapp02.pdf>

(E-book) CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-da-educacao-do-campo>

(E-book) Educação do Campo: Contribuições do Educador Paulo Freire. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA112_ID3719_22092021171004.pdf

(E-book) Guia Prático de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs). Disponível em: <https://alavoura.com.br/wp-content/uploads/2019/07/Guia-Pratico-de-PANC-em-Hortas-Escolares.pdf>

(E-book) Hortas Pedagógicas - Manual Prático de Instalação. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/hortas_pedagogicas/Arquivos%20finais%20PHP/manual-pratico-instalacao.pdf

(E-book) Manual para as escolas: A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/horta.pdf>

(Vídeo) Palestra Miguel Arroyo Políticas Públicas para Educação do Campo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IkR4ML8r1F8>

(Vídeo) Como Trabalhar com Turmas Multisseriadas? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Ck9Y3sBt0k>

(Vídeo) O que é Agroecologia? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFrNNj9RM5o>

(Vídeo) Agroecologia e seus benefícios. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WOuV-sW7N04>

Sugestões Bibliográficas para estudo:

ALVES, N. Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej (orgs.). Escola de direito: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; v. 2).

Práticas Educativas em Agroecologia: os quintais agroecológicos como Instalação Pedagógica Permanente, disponível em: <https://www.cpa.org.br/cds/agroecol2016/PDFs/Trabalhos/Pr%C3%A1ticas%20Educativas%20em%20Agroecologia%20os%20quintais%20agroecol%C3%B3gicos%20como%20Instala%C3%A7%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gica%20Permanente.pdf>

TURANO, W. A Didática na Educação Nutricional. In: GOUVEIA, E. Nutrição, Saúde e Comunidade. São Paulo: Revinter, 1990.

Sugestão de legislações para estudo:

Leis:

Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Lei nº 11.947/2009 - Autoriza o Poder Executivo a instituir o PRONERA. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm

Lei nº 12.960/2014 - Altera a Lei nº 9.394/1996 para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12960.htm

Decretos:

Decreto nº 7.352/2010 - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>

Resoluções:

Resolução CNE/CEB nº 01/2002 - Institui Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf

Resolução CNE/CEB nº 02/2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf

Resolução CD/FNDE nº 40/2011 - Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/18721-programa-nacional-do-livro-didatico-pnld-campo>

Resolução CD/FNDE nº 32/2013 - Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros a escolas públicas localizadas no campo. Disponível em: https://pddeinterativo.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_32_pdde_2-8-2013_PDDE_Campo.pdf

Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=250541-rcp001-23&category_slug=agosto-2023-pdf&Itemid=30192

Pareceres:

Parecer CNE/CEB nº 36/2001 - Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECEBN362001.pdf

Parecer CNE/CEB nº 23/2007 - Orientações para o atendimento da Educação do Campo, reexaminado pelo Parecer CNE/CEB 3/2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb003_08.pdf

Parecer CNE/CEB nº 03/2008 - Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb003_08.pdf

Portarias:

Portaria MEC nº 86/2013 - Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13218-portaria-86-de-1-de-fevereiro-de-2013-pdf&Itemid=30192

Portaria FNDE nº 1.071/2015 - Regulamenta o cômputo das matrículas em instituições comunitárias, que ofertam a educação do campo. Manual PRONERA Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192

Legislação Estadual:

Decreto Estadual nº 3.616-R/2014 - Dispõe sobre a criação da Gerência de Educação do Campo.

Resolução Resolução CEE/ES nº 1.903/2009 - Aprova a Proposta de implementação e execução do Projovem Campo - Saberes da Terra Capixaba. disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Leis/Resolucoes/res1903-3.pdf>

Resolução Resolução CEE/ES nº 3.777/2014 - Aprova normas para a Educação no Sistema de Ensino do Espírito Santo - Capítulo III - Da Educação do Campo. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/3777-2014/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEE-ES%20N%C2%BA.%203.777-2014%20-%20Livros.pdf>

Resolução CEE/ES nº. 6.596/2022 - Aprova as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Disponível em: https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolu%C3%A7%C3%B5es_Normativas_2022/res6596.pdf

Parecer Parecer CEE/ES nº 2.199/2009 - Apreciação do Projeto Pedagógico do PROJÓVEM Campo - Saberes da Terra Capixaba. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Leis/Parecer/Par2199.pdf>

Referências:

BRASIL. Decreto nº 7.352/2010 - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. De 4 de novembro de 2010.

ESPÍRITO SANTO. Resolução CEE/ES nº 3.777/2014. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. De 13 de maio de 2014. De 13 de maio de 2014.

ESPÍRITO SANTO. Resolução CEE-ES nº 5.190/2018. Institui e orienta a implementação do Currículo do Espírito Santo, a ser respeitado obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades, no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. De 31 de dezembro de 2018.

ESPÍRITO SANTO. Portaria 228-R/2021. Institui a complementação de carga horária de até 05 (cinco) horas semanais para os professores que atuam nas escolas estaduais do campo que desenvolvem os princípios da Pedagogia da Alternância. De 23 de setembro de 2021.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 279-R/2021. Define procedimentos e diretrizes para implementação das organizações curriculares na Rede Escolar Pública Estadual, e demais providências. Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - SEDU/ES. De 06 de dezembro de 2021. De 06 de dezembro de 2021.

2. DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Conhecendo a EEIEFM Aldeia Caieiras Velha

A EEIEFM Aldeia Caieiras Velha, localizada na aldeia de mesmo nome em Aracruz, compõe a rede estadual de ensino do Espírito Santo e está jurisdicionada à Superintendência Regional de Educação de Linhares e à Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola (GEACIQ) na SEDU Central. A escola oferta o Ensino Médio regular, além das etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Iniciou suas atividades no ano letivo de 2020 e está em funcionamento nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

Localizada na aldeia tupinikim, a escola foi criada para atender os dois povos que vivem em Terras Indígenas (TI) do Espírito Santo: Tupinikim e Guarani. Na TI em Aracruz há 12 aldeias: seis do povo Tupinikim, cinco do povo Guarani e uma aldeia mista. A escola, na perspectiva da modalidade da Educação Escolar Indígena, atende exclusivamente ao público indígena e, ao mesmo tempo em que garante o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Currículo do Estado do Espírito Santo, também busca promover o diálogo de saberes com a cultura e os conhecimentos indígenas locais no intuito de desenvolver uma educação intercultural indígena (ESPÍRITO SANTO, 2014). Portanto, para atender à proposta pedagógica e curricular da escola e às legislações vigentes, são contratados prioritariamente profissionais indígenas.

Conforme a Portaria nº 279-R, de 06 de dezembro de 2021, na organização curricular da escola indígena os componentes curriculares possuem especificidades, além de assegurar o ensino da língua materna. Observe:

Organização Curricular da EEIEFM Aldeia Caieiras Velha	
Área de conhecimento	Componente curricular
Linguagens	Língua Portuguesa, Literatura e Literaturas Indígenas
	Arte e Culturas Indígenas
	Educação Física, Práticas Corporais e Esportivas
	Língua Inglesa
	Língua Indígena
Ciências da Natureza	Biologia e Conhecimentos Tradicionais
	Física e Conhecimentos Tradicionais
	Química e Conhecimentos Tradicionais
Matemática	Matemática Conhecimentos Tradicionais
Ciências Humanas	História e Historiografia Indígena
	Geografia e Gestão Territorial
	Filosofia e Interfaces Culturais
	Sociologia e Organização Social dos Povos Indígenas

Considerando que a EEIEFM Aldeia Caieiras Velha foi aberta recentemente e em período pandêmico, ainda encontra-se em processo de implementação. A escola dispõe de uma grade curricular diferenciada e atende às diretrizes estabelecidas para a modalidade da Educação Escolar Indígena em âmbito da educação nacional e do estado. Sabemos que são inúmeros os desafios que se apresentam no cotidiano pedagógico e mais ainda para os profissionais não indígenas atuantes na escola. Portanto, é essencial que a equipe gestora, pedagógica e docente desenvolva um trabalho colaborativo entre si e entre as instituições e os sujeitos envolvidos nesse processo. Assim, orientamos:

À comunidade escolar:

- Conhecer as legislações e os direitos indígenas, especialmente, ao que se refere à modalidade da Educação Escolar Indígena;
- Manter-se atualizada quanto às questões indígenas no país e àquelas relacionadas às comunidades locais;
- Realizar as formações e acessar os materiais disponibilizados pela rede, em especial aqueles voltados à modalidade da Educação Escolar Indígena e às temáticas indígenas;
- Criar espaços e momentos de interação entre a escola e a comunidade local no intuito de fortalecer o pertencimento étnico dos estudantes;
- Valorizar os anciãos, as lideranças, a cultura e os conhecimentos indígenas;
- Desenvolver ações/atividades/projetos que potencializam o papel da escola no que preconiza a Educação Escolar Indígena e sua atuação na comunidade;
- Articular parceiros externos;
- Promover espaços de vivência, diálogos, momentos de interação e de acolhida dos estudantes no intuito de promover uma cultura de paz e de respeito na escola.

Às equipes gestora e pedagógica:

- Manter diálogo contínuo com a supervisão escolar, com a SRE Linhares e com a GEACIQ/SEDU;
- Atentar-se para os programas e políticas da rede para que a escola, os profissionais que nela atuam e os estudantes indígenas tenham as mesmas oportunidades de acesso que os não indígenas;
- Estabelecer parcerias com as lideranças e as organizações indígenas no intuito de promover uma gestão democrática e participativa;
- Utilizar as JPPs para promover momentos formativos relacionados à modalidade da Educação Escolar Indígena além de abordar temas/assuntos pertinentes à questão indígena em âmbito nacional e local;
- Apoiar os professores no fazer pedagógico diário e auxiliá-los quanto às questões administrativas internas.

Às professoras e aos professores:

- Reportar-se cotidianamente à equipe gestora e pedagógica da escola;
- Assegurar, no fazer pedagógico em sala de aula, a implementação do currículo para a modalidade da Educação Escolar Indígena;
- Promover o diálogo de saberes entre as habilidades e competências da BNCC e do Currículo do estado com os conhecimentos indígenas;
- Prezar pelo fortalecimento da identidade e pelo pertencimento ao território dos estudantes indígenas;
- Planejar as atividades diárias considerando os ritos sociais e culturais da comunidade local;
- Estimular o protagonismo estudantil na potencialização da Educação Escolar Indígena.

2.1 Sugestão de acolhimento para a escola da modalidade Indígena:

O início do ano letivo gera muitas expectativas nos estudantes, especialmente aos ingressantes na escola. Portanto, é essencial que sejam promovidos momentos e atividades de acolhida e de motivação dos estudantes. É uma oportunidade de interação para que toda a comunidade escolar se conheça mutuamente. Desse modo, sugerimos que na primeira semana do ano letivo e, se possível, também no início dos trimestres seguintes, a escola:

- Realize atividades culturais que envolvam os estudantes, suas famílias e a comunidade local;
- Promova rodas de conversa com lideranças e anciãos indígenas;
- Realize momentos de escuta dos estudantes para que possam expor suas opiniões e manifestar suas expectativas em relação à escola, à comunidade e seu futuro;
- Estabeleça e reafirme os acordos de boa convivência e de respeito à diversidade.

2.2 Sugestões para as JPPs na escola da modalidade Indígena:

As JPPs são momentos importantes para estudo e formação da equipe, além de organizar o trabalho pedagógico e o planejamento das ações e projetos da escola. Na escola indígena, as JPPs são essenciais para garantir a efetividade da modalidade da Educação Escolar Indígena. Nesse sentido, sugerimos três propostas, uma para cada trimestre, para serem desenvolvidas pela escola.

Primeira JPP – Tema: Educação Escolar Indígena

O objetivo dessa proposta é conhecer e se apropriar dos marcos regulatórios da modalidade de ensino da Educação Escolar Indígena vigentes no país e no Espírito Santo.

1º Momento – Recepção com alguma atividade cultural que pode ser: a apresentação de um grupo da comunidade ou da própria escola; uma fala de uma liderança indígena ou ancião; a leitura de um poema ou texto de escritor indígena; etc.

2º Momento – Boas vindas por parte da gestão da escola e uma rodada de apresentações da equipe e do espaço escolar (estrutura e ambientes da escola). Sugerimos que as lideranças locais sejam convidadas a participar desse momento de apresentação.

3º Momento – Leitura coletiva do texto das Diretrizes Pedagógicas, parte voltada para a modalidade da Educação Escolar Indígena para o ano letivo de 2024, e uma roda de conversa sobre as responsabilidades de todos e de cada um no ambiente escolar.

4º Momento – Fazer uma avaliação do ano anterior, elencando pontos positivos e negativos.

5º Momento – Assistir ao vídeo da “Volta às aulas na aldeia Krukutu” da TV Cultura, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y6eb7Ewr00M>.

6º Momento – Organizados em grupos, fazer a leitura e analisar os principais documentos orientadores da modalidade da Educação Escolar Indígena no país e no Espírito Santo, sendo: grupo I, a Resolução CNE/CEB nº 03, de 10 novembro de 1999, que fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas; grupo II, o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais; grupo III, a Resolução CNE/CEB nº 05, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; e grupo IV, o Capítulo IV que trata da Educação Escolar Indígena na Resolução CEE/ES nº 3.777/2014, que fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo.

7º Momento - Em plenária, os grupos devem socializar os pontos destacados nos documentos que analisaram. A equipe da GEACIQ pode ser convidada para auxiliar na condução e contribuir nas discussões.

8º Momento - Assistir ao vídeo “UNIVESP - Povos indígenas e práticas de ensino no Brasil”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VNanwYCDEsY>.

9º Momento - A partir do estudo dos documentos, das discussões e das informações trazidas nos vídeos e considerando a realidade da EEIEFM Aldeia Caieiras Velha na modalidade da Educação Escolar Indígena, em plenária, promover reflexões sobre a elaboração do Plano de Ação da escola e os projetos que poderão ser desenvolvidos no decorrer do ano letivo.

Segunda JPP - Tema: Educação Intercultural

O objetivo dessa proposta é discutir sobre a educação intercultural indígena e como ela tem sido desenvolvida na EEIEFM Aldeia Caieiras Velha.

1º Momento - Recepção com alguma atividade cultural, como: apresentação de um grupo da comunidade ou da própria escola; fala de uma liderança indígena ou ancião; leitura de um poema ou texto de escritor indígena etc.

2º Momento - Assistir ao vídeo “Escola Indígena em SP alia currículo regular à cultura tradicional” do Instituto Claro, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_QQFryOFI7I&t=5s.

3º Momento - Fazer uma breve leitura e análise coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, tendo como partida as seguintes questões: o PPP atende ao que preconiza a modalidade da Educação Escolar Indígena? O PPP reflete o contexto local? Qual a importância da EEIEFM Aldeia Caieiras Velha para as comunidades indígenas de Aracruz?

4º momento - Organizados em grupo por área de conhecimento, refletir sobre como tem sido promovida a educação intercultural no dia a dia da sala de aula nos componentes curriculares.

5º Momento- Em plenária, expor as discussões dos grupos e, a partir disso, elencar os principais desafios e as potencialidades de se desenvolver uma educação intercultural na EEIEFM Aldeia Caieiras Velha. Produzir cartazes com as colocações. As lideranças indígenas podem ser convidadas a participar desse momento.

Terceira JPP - Tema: O conhecimento tradicional indígena

O objetivo dessa proposta é conhecer, vivenciar e compartilhar saberes indígenas das comunidades locais. Portanto, a sugestão é que a JPP seja realizada fora da escola, nos espaços da comunidade.

1º Momento - Realizar uma roda de conversa com um/uma ancião/anciã ou mestre do saber local. A ideia é que esse momento ocorra na casa dessa pessoa ou em algum lugar da comunidade sugerido pelo anfitrião.

2º Momento - Conhecer a sede da Associação Indígena Tupinikim e Guarani (AITG) e organizar uma roda de conversa com as lideranças indígenas no local.

3º Momento - Visitar escolas indígenas municipais localizadas em aldeias das Terras Indígenas do povo Guarani e Tupinikim e promover diálogos com os professores indígenas dessas escolas no intuito de trocar experiências.

2.3 Sugestões de materiais formativos para a Educação Escolar Indígena:

A seguir, há sugestões de materiais formativos, pedagógicos, acadêmicos e legislações que podem auxiliar o trabalho na modalidade de ensino da Educação Escolar Indígena. Confira:

Materiais formativos:

(E-book) Educação das Relações Étnico-raciais e modalidades Indígena e Quilombola, disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1p5Sv9j9603GKdxWLS58PrLzT9zwnlj4Z/view>

(E-book) Caderno Orientador para a Educação das Relações Étnico-raciais no Espírito Santo, disponível em: <https://drive.google.com/file/d/109TzW8BZAAEDk-tYVVTtAMFqADqvrXol/view>

(Vídeo) Webnário GEACIQ - Educação Escolar Indígena no Brasil: avanços e desafios, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nTqGiXXkc-0&t=4758s>

(Vídeo) Webnário GEACIQ - Educação Escolar Indígena no Espírito Santo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9zUEbolpuDs&t=1719s>

(Vídeo) Webnário GEACIQ - Sociodiversidade Indígena no Brasil, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lsc_IYkgsrU&t=61s

(Vídeo) Webnário GEACIQ - Povos Indígenas e o Estado: a história da política indigenista no Brasil, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vwbS9i7EzA4&t=69s>

(Vídeo) Webnário GEACIQ - Direitos Indígenas: terra, consulta livre, prévia e informada e participação democrática, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0qOPkvM7rH4&t=44s>

(Vídeo) Arissana Pataxó - Educação Escolar Intercultural: Educação Escolar Indígena - Edson Kayapó, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gqiFpdda8F8&t=149s>

(Vídeo) Canal Futura - Educação Indígena: Destino educação, políticas públicas, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RsrXiUGasiM>

(Vídeo) Instituto Claro - Escola indígena em SP alia currículo regular à cultura tradicional, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_QQFryOFI7I&t=5s

(Vídeo) TVE Bahia - Vozes, Vivências e Ancestralidade: Educação Escolar Indígena como território de saberes, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j76Q0RZTybU>

(Vídeo) UNIVESP - Povos indígenas e práticas de ensino no Brasil, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VNanwYCDsY>

(Vídeo) TV UNESP - Unesp Notícias: Educação Indígena, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F-9_eIA2YOE

(Vídeo) TV Cultura - Volta às aulas na aldeia Krukutu, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y6eb7Ewr00M>

(Vídeo) Instituto Unibanco - Povos Indígenas e Educação: Ensaio sobre Educação - Gersem Baniwa, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oo1HrHKf4Vc&t=83s>

Sugestões de materiais pedagógicos:

(Vídeo) Sesc TV - Denilson Baniwa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HCVmCsXdVv8>

(Vídeo) Nexo Jornal - Entrevista com Ailton Krenak, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=urjJJwpGMJQ&t=530s>

(Vídeo) Índio Cidadão? - O filme. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8>

(Vídeo) TV Brasil - Índios Somos Nós. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZecRLbA7H3w&t=434s>

(Vídeo) Wari'ü - O que é ser indígena no século XXI. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XDaS70F2fPw&t=5s>

(Vídeo) Wari'ü - Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=unkNJF_mINQ

(Vídeo) Instituto Socioambiental - Pajerama. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BFzv0UhHcS0>

(Vídeo) Kuatiara - As línguas indígenas na formação do português brasileiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Eu7jIOPdxM&t=65s>

(Vídeo) Jornalismo TV Cultura - Krenak: uma história de resistência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D4eqFpUM3P0>

(Vídeo) Revista Novo Tempo - Dia dos Povos Indígenas: entrevista com Daniel Munduruku. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QqKGXo0Qo9E&t=98s>

(Vídeo) Cambui Produções - Documentário Brasil Tupinambá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lbQctosjaC4>

Terras e Povos Indígenas - Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>

Museu do Índio - Acervo Etnográfico. Disponível em: <http://tainacan.museudoindio.gov.br/>

Dados e sugestões de atividades para professores sobre os indígenas - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
<https://indigenas.ibge.gov.br/>
<https://educa.ibge.gov.br/professores>

Sugestões de bibliografias para estudo:

Trabalhos de Conclusão de Curso dos egressos da Licenciatura Intercultural Indígena (PROLIND) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Disponíveis em: <https://indigena.ufes.br/trabalhos-de-conclusao-de-curso>.

Instituto Jones dos Santos Neves. Povos Indígenas e Quilombolas no Espírito Santo. Vitória, ES, 2023. 47 p.; il. tab. (Caderno DRS | 10). Disponível em: [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Caderno_DRS-10_\(3\).pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Caderno_DRS-10_(3).pdf)

Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo., Ano 6, n. 11 (jan. / jun.2022), ISSN 2763-535X. Dossiê Povos indígenas no Espírito Santo: Desafios da invisibilidade histórica e protagonismo político-social. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2023. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Revista_APEES_numero_11_ISSN2763535X.pdf

EHRENREICH, Paul. 1855-1919. Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX. Tradução de Sara Baldus; organização e notas por Julio Bentivoglio. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MIOLO_LivroIndiosBotocudos_Jun2014_041214.pdf

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Coleção Canaã. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Espirito_Santo_Indigena_completo_site.pdf

Legislações para estudo:

Artigos 210 e 231 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Resolução CNE/CEB nº 03 de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf

Decreto Nº 6.861 de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.861%2C%20DE%2027,que%20lhe%20confere%20o%20art

Resolução CNE/CEB nº 05 de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192

Resolução CEE/ES nº 3.777/2014 (Capítulo IV – Educação Escolar Indígena). Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/3777-2014/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEE-ES%20N%C2%BA.%203.777-2014%20-%20Livros.pdf>

Referências:

ESPÍRITO SANTO. Resolução CEE/ES nº 3.777/2014. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. De 13 de maio de 2014.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 279-R/2021. Define procedimentos e diretrizes para implementação das organizações curriculares na Rede Escolar Pública Estadual, e demais providências. Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo – SEDU/ES. De 06 de dezembro de 2021.

3. DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Conhecendo a EEEF Graúna

Compõe a rede estadual de ensino na modalidade da Educação Escolar Quilombola, a EEEF Graúna, localizada na Rodovia Safra X Marataízes, Km 25, Comunidade Quilombola de Graúna, no município de Itapemirim/ES. A escola encontra-se dentro do território quilombola e teve seu ato de criação publicado no Diário Oficial com a Resolução do CEE nº 41/75. A comunidade de Graúna recebeu, em 2010, a Certificação de Comunidade Quilombola, pela Fundação Palmares. Além da escola estadual quilombola, o município de Itapemirim possui uma escola municipal - CEMEI Quilombola. O estado do Espírito Santo possui vinte escolas municipais na modalidade da Educação Escolar Quilombola, sendo a maioria localizada no município de São Mateus.

Dentro da estrutura administrativa da SEDU, a Escola Quilombola Graúna está sob a jurisdição da Superintendência Regional de Cachoeiro de Itapemirim, além de a modalidade estar sob o escopo da Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola - GEACIQ/SEDU.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica, escolas quilombolas são aquelas localizadas em território quilombola, e este se caracteriza como espaço remanescente dos quilombos, habitado por grupos étnico-raciais, segundo critérios de consciência comunitária, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A Escola Estadual Quilombola de Graúna oferta os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e, a partir de novembro de 2023, atua como Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA - *in loco*), oferecendo aos jovens e adultos da comunidade a oportunidade de concluírem seus estudos da Educação Básica.

Dentre os princípios que regem a Educação Escolar Quilombola, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 08/2012, encontram-se “o respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional”; “a proteção das manifestações da cultura afro-brasileira”; “a valorização da diversidade étnico-racial”; “a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação”; “o conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas”.

A escola Graúna possui uma Organização Curricular própria e os conteúdos trazidos pela BNCC dialogam com as especificações socioculturais da comunidade quilombola, visando garantir os estudos específicos da temática quilombola em todos os componentes curriculares, à exemplo do componente curricular Arte e Cultura Quilombola, equivalente ao componente curricular de Arte.

De igual forma, esta proposta apresenta especificidades nos componentes curriculares dos Anos Iniciais e Anos Finais, equivalente a cada componente curricular das demais escolas da Rede Estadual, e foi publicada pela Portaria Nº 279-R, de 06 de dezembro de 2021, Matriz OC 63 (Anos Iniciais) e Matriz OC 70 (Anos Finais), conforme quadros abaixo:

Organização Curricular Quilombola – Anos Iniciais	
Área de conhecimento	Componente Curricular
Linguagens	Língua Portuguesa e Narrativas Quilombolas
	Arte e Cultura Quilombola
	Educação Física e Corporeidade
Ciências da Natureza	Ciências e Conhecimentos Tradicionais
Matemática	Etno-cálculos
Ciências Humanas	História e Memória Coletiva
	Geografia e Território Quilombola

Organização Curricular Quilombola – Anos Finais	
Área de conhecimento	Componente Curricular
Linguagens	Língua Portuguesa e Narrativas Quilombolas
	Língua Inglesa
	Arte e Cultura Quilombola
	Educação Física e Corporeidade
Ciências da Natureza	Ciências e Conhecimentos Tradicionais
Matemática	Etno-cálculos
Ciências Humanas	História e Memória Coletiva
	Geografia e Território Quilombola
Ensino Religioso	Diversidade Religiosa

À proposta pedagógica na Educação Escolar Quilombola deve fundamentar-se:

- Na memória coletiva;
- Nas línguas remanescentes;
- Nos marcos civilizatórios;
- Nas tecnologias e formas de produção do trabalho;
- Nos acervos e repertórios orais;
- Na territorialidade;
- Nos festejos, usos, tradições e demais elementos que constituem o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país. (BRASIL, 2012a).

Para quem estiver chegando em 2024 à EEEF Graúna, as orientações a seguir ajudarão no entendimento da modalidade quilombola, aos que já estão atuando na escola, ajudarão a lembrar alguns aspectos.

Às equipes gestora e pedagógica:

É importante saber que o planejamento e o desenvolvimento das práticas pedagógicas da EEEF Graúna devem seguir os princípios que regem a educação escolar quilombola, conforme a Resolução CNE/CEB nº08/2012, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Para que os conteúdos trazidos pela BNCC dialoguem com as especificações socioculturais da comunidade e dos estudantes, faz-se necessário que as equipes gestora e pedagógica mantenham diálogo aberto e constante com a comunidade, conhecendo sua história, sua cultura e território, possibilitando, assim, o etnodesenvolvimento de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Para tal fim, evidenciamos:

- Manter diálogo aberto e constante com a Associação Quilombola, que é a representante legal da comunidade quilombola local, a fim de que se promova uma gestão democrática e participativa;
- Dialogar, continuamente, com a supervisão escolar, a SRE Cachoeiro de Itapemirim e com a GEACIQ/SEDU;
- Estabelecer parcerias com a escola quilombola da rede municipal de Itapemirim, visando trocas e compartilhamento de ações;
- Criar e manter parcerias, como a já desenvolvida com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), a Secretaria Municipal de Agricultura e a Comunidade, visando o desenvolvimento de ações dialógicas com a realidade quilombola;
- Incentivar professores e professoras a realizarem formações continuadas na temática de Educação das Relações Étnico-raciais e Modalidade Quilombola, ofertadas pela Secretaria de Educação – SEDU, bem como a buscar outras formações que os ajudem a se aprofundar nessas temáticas;
- Conhecer, entender e respeitar a história, costumes e cultura afro-brasileira, como parte integrante das comunidades quilombolas;
- Contribuir para o fortalecimento étnico dos estudantes quilombolas;
- Estimular o protagonismo estudantil na potencialização da Educação Quilombola;
- Conhecer as legislações que tratam dos direitos quilombolas, reconhecer os quilombolas como povos ou comunidades tradicionais e, por meio desse reconhecimento, propor ações educacionais que fortaleçam sua forma de ser e estar em comunidades;
- Trazer, nas Jornadas de Planejamento Pedagógico (JPP), momentos formativos relacionados à modalidade da Educação Escolar Quilombola;

- Estabelecer parceria contínua com os professores, no intuito de auxiliá-los na seleção e aplicação de conteúdos de seu componente curricular para que estes estejam em constante diálogo com as especificações socioculturais quilombolas;
- Promover contínuos momentos de acolhida e diálogos com os estudantes.

Às professoras e aos professores:

Desde 2021, a Secretaria de Estado da Educação – SEDU tem realizado Processos Seletivos Simplificados por meio de editais, em resposta às reivindicações da Comunidade Quilombola Graúna, passando a contratar professores quilombolas para atender tais reivindicações e, em especial, responder ao que preconiza a Resolução CNE/CEB nº 08/2012, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Os professores quilombolas, bem como os não quilombolas, devem seguir os princípios que regem a educação escolar quilombola, conforme a Resolução CNE/CEB nº 08/2012. Para tal, destacamos:

- Manter-se em processo contínuo de formação, no que tange às temáticas de Educação das Relações Étnico-raciais e Educação Quilombola, bem como manter constante acesso aos materiais, sobre o tema, os quais estão disponibilizados na rede;
- Proporcionar aos estudantes espaços e tempos que promovam o seu autorreconhecimento e seu fortalecimento étnico;
- Promover diálogo aberto e constante com a comunidade, conhecendo sua história, sua cultura e território, possibilitando, assim, o etnodesenvolvimento de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional;
- Garantir que os conteúdos trazidos pela BNCC dialoguem com as especificações socioculturais da comunidade quilombola e dos estudantes;
- Desenvolver ações, dentro de seu componente curricular, que fortaleçam os conhecimentos, saberes e vivências da comunidade quilombola local e dos estudantes;
- Observar, na construção de seu Plano de Aula, as Ementas Curriculares Quilombolas disponibilizadas no site do Currículo da Rede Estadual: <https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/ementas/>

3.1 Sugestão de acolhimento para a escola na modalidade Quilombola:

O acolhimento, no início do ano letivo, é um momento importante de reflexão para que a equipe escolar direcione as atividades ao longo do ano.

Sendo assim, sugere-se trabalhar com dinâmicas e atividades que entrelacem as especificações socioculturais da comunidade quilombola com o currículo e que busquem compreender os sujeitos locais por meio do cotidiano e das relações estabelecidas na comunidade, conforme previsto no Parecer CNE/CEB nº. 16/2012 e, por esse motivo, orientar-se o trabalho, ainda que de forma indireta, com narrativas e dinâmicas que enfatizem atributos como oralidade, memória, territorialidade e ancestralidade, pois, conforme já dito, são elementos que reforçam a etnicidade quilombola e pelos quais é possível compreendê-la de forma mais integral.

Dessa forma, desenvolver conexões e trocas com os mais velhos ou “griôs”, incentivando-os a contarem “causos” e histórias da comunidade, conhecer cantigas ou fazer uma roda do jongo, trazendo pessoas da comunidade e refletindo sobre sua cosmovisão a partir dos elementos culturais presentes nessas narrativas, torna-se indispensável.

3.2 Sugestões para as JPPs na Escola da modalidade Quilombola:

A organização curricular e a fundamentação da proposta pedagógica na Educação Escolar Quilombola nos mostram o quanto os fazeres e os saberes negros ancestrais devem compor a prática pedagógica nessa modalidade, visando assegurar “o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional” (Brasil, 2012b). Por isso, sugerimos que esses conhecimentos ancestrais façam parte dos estudos ao longo das três Jornadas de Planejamento Pedagógico a fim de que sejam preservados. Nossas sugestões estruturam-se em momentos subdivididos em cada uma das Jornadas Pedagógicas, no decorrer do ano letivo.

Primeira JPP - Tema: Educação Escolar Quilombola

Por ser a Jornada de Planejamento Pedagógico um momento de interação, na qual a equipe gestora, juntamente, com os professores podem iniciar uma longa e contínua trajetória formativa, sugerimos que a primeira, além de celebrar os encontros e reencontros, seja utilizada também para estudar as especificidades da Modalidade Quilombola por meio das Diretrizes 2024. Ressaltamos a importância de analisar e de se apropriar também das Lei nº 12.711/12 – Lei de Cotas – e suas alterações, apresentadas na Lei nº 14.723, sancionada no dia 13 de novembro de 2023, que versa sobre o ingresso de pessoas quilombolas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Sugerimos os seguintes momentos:

1º Momento – Acolhida.

2º Momento – Divisão do material a ser estudado. O estudo pode ser realizado no formato de seminário, no qual os conteúdos dos documentos sugeridos (diretrizes e leis) sejam divididos, analisados em grupos e socializados em plenárias ou conforme o interesse da equipe.

3º Momento – É tempo de planejar! As informações contidas nas leis de cotas são importantes para a equipe gestora, professores, colaboradores e imprescindíveis aos estudantes; portanto, sugerimos um momento para a elaboração de estratégias de como levá-las ao corpo discente.

4º Momento – A oferta de um lanche para essa primeira JPP é um cuidado que acolhe e integra.

Segunda JPP - Tema: A importância da territorialidade para a preservação cultural quilombola

Sustentabilidade como forma de preservação e perpetuação do território tradicional é um princípio para as comunidades tradicionais quilombolas. É a partir e por meio da terra que se inicia e se estende o diálogo entre os saberes e os fazeres, relacionando-os à formação identitária e às noções de pertencimento em comunidades diaspóricas. É importante a Educação Escolar celebrar as diversidades quilombolas. Logo, sugerimos para a segunda Jornada de Planejamento Pedagógico uma pauta sobre a territorialidade. Faz-se necessário ressaltar: a preservação do território é também a preservação dos aspectos culturais e identitários nas comunidades quilombolas. Sugerimos a seguinte divisão:

1º Momento – Boas-vindas.

2º Momento – Exibição dos dois vídeos apresentados nos links a seguir:

- Canal Preto - O povo quilombola é maior que a população de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eQ2V1-SGrAg&t=10s>. Acesso em 07 de nov. 2023.

- Nossa Cultura - Comunidades quilombolas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3w6lKY-OnfU>. Acesso em 07 de nov. 2023.

3º Momento - Abertura de uma roda de conversa, com o intuito de se estabelecer um diálogo entre o exposto nos vídeos e a realidade da Educação Escolar Quilombola da EEEF Graúna.

4º Momento - Planejamento de ações interdisciplinares a serem desenvolvidas em sala com os estudantes ao longo do segundo trimestre, cujo tema central seja terra e territorialidade. Essas práticas devem visar à produção de materiais educativos, tais como poemas, pinturas, vídeos, fotografias, execução de receitas culinárias com produtos da terra, o plantio de sementes, cultivo de hortas... É tempo de plantar!

5º Momento - Encerramento por meio de uma oficina sobre técnicas de plantio; propomos que seja feito um convite a alguém da comunidade escolar para compartilhar seus saberes sobre a importância da terra para a manutenção das tradições quilombolas, ministrando uma oficina ao ar livre.

Terceira JPP - Tema: Saberes e sabores quilombolas

“Sem dúvida, está na comida um dos mais significativos elos entre a pessoa e sua cultura, entre a pessoa e sua identidade” (Nascimento, 2022). Depois de arar a terra, plantar as sementes, regar e cuidar das plantas, é chegada a hora de colher seus frutos, por isso, nossa terceira sugestão de estudo e reflexão ancora-se nos sabores culinários das tradições quilombolas.

1º Momento - A acolhida pode ser realizada em volta de uma mesa composta por alimentos preparados com produtos da terra ou *in natura*. Além deles, pode-se apresentar as produções sobre terra e territorialidade preparadas pelos estudantes no trimestre anterior, ressaltando o processo de criação das obras, pois elas também são frutos.

2º Momento - Partilha dos alimentos em celebração e agradecimento à parceria de toda comunidade escolar.

3º Momento - Declamação do poema “Colheita”, da autora Graça Graúna, ou a execução/audição da canção “O cio da terra”, composição de Milton Nascimento e letra de Chico Buarque.

Colheita

Num pedaço de terra
encabulada, mambembe
o caminho de volta
a colheita, o ritmo
o rio, a semente
Planta-se o inhame
e nove meses esperar
o parto da terra.
Planta-se o caldo
e docemente esperar
a cana da terra
Palavra: eis minha safra
de mão em mão
de boca em boca
uma porção Campestre
Potiguara ser.

Graça Graúna

Disponível em:

<https://revistaacrobata.com.br/acrobata/poesia/3-poemas-de-graca-grauna/>. Acesso em 14 de nov. de 2023.

O Cio da Terra

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão

Milton Nascimento e Chico Buarque

Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/86011/>. Acesso em 16 de nov. de 2023.

4º Momento - Condução, por meio de metodologia expositiva dialogada, à reflexão sobre a relação entre cada profissional da educação presente na JPP, seus planejamentos, suas ações e colheitas ao longo do ano letivo.

5º Momento - Exibição do vídeo “Escola da terra capixaba - saborosas memórias quilombolas”. Por meio dele, ressalta-se que no preparo dos alimentos, em volta da mesa, a memória viva da ancestralidade negra é transmitida, perpetuando os saberes e sabores produzidos por comunidades quilombolas em territórios capixabas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Au0VmQ1vR4>. Acesso em 13 de nov. 2023.

6º Momento - Encerramento com um agradecimento pelas parcerias estabelecidas ao longo de todo ano letivo.

3.3 Sugestões de materiais formativos para a Educação Escolar Quilombola:

A seguir, há sugestões de materiais formativos, pedagógicos, acadêmicos e legislações que podem auxiliar o trabalho na modalidade de ensino da Educação Escolar Quilombola. Confira:

Sugestões de leitura e vídeos

ANDRADE, Lucia M. M. de. Terras de Quilombo. In: LARANJEIRA, Raimundo (Org.). Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: LTr, 2000.

GONÇALVES, Aldione Santos; FORDE, Gustavo Henrique Araújo. Educação Escolar Quilombola no Espírito Santo: avanços e desafios contemporâneos. Anais do II CINAB, VII SIALA e IV CNAB: Direitos Humanos e Políticas Públicas, GT 2 em Educação e Relações Étnico-raciais, Africanidades e Brasilidades, 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos para o reconhecimento. TOMO: Revista do Núcleo de Pós- Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, n.º 11, p. 43-58, 2007.

SOUSA, Andréia Lisboa de; SOUZA, Ana Lúcia Silva. Oralidade – Cantos e re-encantos: vozes africanas e afro-brasileiras. Portal Geledés, 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/oralidade-cantos-e-re-encantos-vozes-africanas-e-afro-brasileiras/>> Acesso em 08 de nov. 2023.

CANAL PRETO. As dificuldades dos Quilombolas -YouTube, 28 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDXPK49-FAM&t=323s>. Acesso em 07 de nov. 2023.

TAB. Vida no Quilombo - Quilombolas preservam tradições, mas não querem parar no tempo. YouTube, 12 de jun. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fmT1SNAmijE>. Acesso em 07 de nov. 2023.

Sugestões de formação/orientação para professores:

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Orientação e Ação para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: SECAD, 2006.

CONAQUILOMBOS - Curso de Formação de Professoras e Professores Quilombolas: Módulo II ao VIII. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U33QAQCzoa0&list=PLGuvSiiAlffBgFjo7b2zhPu6anNelzfNZ&index=1>. Acesso em 13 de nov. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO. Formação Raízes: educação das relações étnico-raciais. CEFOPE, 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO. Educação das Relações Étnico-raciais e modalidade indígena e quilombola. CEFOPE, 2022.

Legislações para estudo:

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 08/2012, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, de 20 de novembro de 2012a.

_____. Parecer CNE/CEB n.º: 16/2012, do Conselho Nacional de Educação, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, de 05 de junho de 2012b.

_____. Lei n.º. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF, Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 16 de nov. 2023.

_____. Lei n.º. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em 16 de nov. 2023.

Referências:

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. A educação no quilombo e os saberes do quilombo na escola. Vitória: EDUFES, 2012.

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, Normas e Números: uma introdução à Educação Escolar Quilombola. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 08/2012, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº: 16/2012, do Conselho Nacional de Educação, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, de 05 de junho de 2012.

_____. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial de acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF, Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14723&ano=2023&ato=06bITW650MZpWTc42>. Acesso em 28 de nov. 2023

CANAL PRETO. O povo Quilombola é maior que a população de São Paulo. YouTube, 27 de dez. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eQ2V1-SGrAg&t=10s>. Acesso em 07 de nov. 2023.

ESCOLA DA TERRA CAPIXABA. Saborosas memórias quilombolas. YouTube, 3 de abr. de 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=0Au0VmQ1vR4&ab_channel=RicardoSallesdeS%C3%A1. Acesso em 13 de nov. 2023.

GOVERNO DA BAHIA. Nossa Cultura Comunidades Quilombolas. YouTube, 28 de jul. de 2017. 28 de jul. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3w6IKY-OnfU>. Acesso em 07 de nov. 2023.

NASCIMENTO, Darlete Gomes. In: VALQUIRIA SANTOS SILVA; VITOR AMORIM DE ANGELO; ANDRÉA GUZZO PEREIRA (Organizadores). Educação das relações étnico-raciais e modalidades indígena e quilombola. GECIQ/SEDU, Vitória/ES, 2022